

XXIII CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS

PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO

PROVA PREAMBULAR

01 - A Constituição Federal assegura aos partidos políticos a livre criação, fusão, incorporação e extinção, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo, os direitos fundamentais da pessoa humana. Sobre tal matéria, os partidos políticos, **NÃO** é **CORRETO** afirmar que:

- A) os partidos possuem autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento;
- B) não podem receber recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros ou de subordinação a estes;
- C) as coligações eleitorais deverão observar a vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal;
- D) possuem caráter nacional;
- E) seu funcionamento deve observar a lei, sendo imposta a prestação de contas à justiça eleitoral.

02 - É certo que as ações e serviços públicos de saúde constituem um sistema único, composto por uma rede integrada de forma regionalizada e hierarquizada. Na aplicação dessas ações, é **CORRETO** afirmar que são diretrizes a serem observadas:

- A) ainda que garantida a destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde, é vedada, sem nenhuma ressalva, a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, em observância ao disposto no art. 167, IV, da Constituição Federal;
- B) garantia, por lei complementar, de critérios de rateio dos recursos da União vinculados à saúde destinados aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, que não terão obrigatoriedade de vinculação dessas receitas;

- C) possibilidade de contratação de agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias por meio de contratação direta, de acordo com a natureza e complexidade de suas atribuições e requisitos específicos para sua atuação, nos moldes do art. 198, § 4º, da Constituição Federal;
- D) os profissionais que, na data de promulgação da EC n. 51, desempenhavam as atividades de agente comunitário de saúde ou de agente de combate às endemias ficam dispensados de se submeter ao processo seletivo público, desde que contratados a partir de anterior processo de Seleção Pública;
- E) nenhuma das alternativas anteriores.

03 - É competência dos Municípios a instituição de imposto sobre a transmissão *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição. No exercício dessa competência tributária, é **INCORRETO** dizer que:

- A) não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital;
- B) não incide sobre a transmissão de bens ou direitos decorrente de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica;
- C) incide sobre a transmissão de bens ou direitos decorrente de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil;
- D) o imposto compete ao Município em que for domiciliado o adquirente do bem;
- E) as alternativas "A" e "B" estão INCORRETAS.

04 - No tocante à remuneração dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, é **INCORRETO** afirmar:

- A) aos detentores de mandato eletivo, remunerados através de subsídios, é assegurada revisão geral anual, na mesma data e índices concedidos aos servidores públicos;
- B) não integram o cálculo do teto remuneratório disposto no inciso XI do art. 37 da Constituição Federal as parcelas de caráter indenizatório previstas em lei;
- C) não integram o cálculo do teto remuneratório disposto no inciso XI do art. 37 da Constituição Federal as vantagens pessoais que decorram do exercício de função de confiança;
- D) os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo;
- E) não existem alternativas incorretas.

05 - Sobre a contribuição de intervenção no domínio econômico relativa às atividades de importação ou comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados e álcool combustível, é **INCORRETO** afirmar que sua arrecadação será destinada:

- A) ao pagamento de subsídios a preços ou transporte de álcool combustível, gás natural e seus derivados e derivados de petróleo;
- B) ao financiamento de projetos ambientais relacionados com a indústria do petróleo e do gás;
- C) ao financiamento de programas de infra-estrutura de transportes;
- D) ao pagamento das despesas de custeio e de pessoal relacionadas com a manutenção do sistema viário do País;
- E) nenhuma das alternativas anteriores.

06 - Na execução das ações de defesa do patrimônio cultural brasileiro e na promoção da área da assistência social, é **INCORRETO** dizer que:

- A) é facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular a fundo estadual de fomento à cultura até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, para o financiamento de programas e projetos culturais;
- B) é facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular a programa de apoio à inclusão e promoção social até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida;
- C) os recursos financeiros destinados às ações governamentais na promoção da cultura, oriundos de fundos de fomento à cultura, serão aplicados prioritariamente para pagamento das despesas com pessoal e encargos sociais;
- D) não será permitida a aplicação de recursos oriundos dos programas de apoio à inclusão e promoção social, em qualquer outra despesa corrente não vinculada diretamente aos investimentos ou ações apoiados.
- E) nenhuma alternativa incorreta.

07 - Aos juizes são asseguradas as garantias constitucionais da vitalidade, inamovibilidade e irredutibilidade de subsídios. De outro lado, no rol de vedações que tais servidores públicos estão sujeitos, **NÃO** se inclui a seguinte:

- A) exercer, ainda que em disponibilidade, outro cargo ou função, salvo de magistério;
- B) receber, a qualquer título ou pretexto, custas ou participação em processo;
- C) dedicar-se à atividade político-partidária;
- D) exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos três anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração;
- E) ser filiado em entidade associativa de caráter nacional, exceto se filiado anteriormente ao exercício da magistratura.

08 - Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, competindo-lhe elaborar sua própria proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias. No exercício de tal atribuição, pode ser considerado **INCORRETO** dizer que:

- A) se o Ministério Público não encaminhar a respectiva proposta orçamentária dentro do prazo estabelecido na lei de diretrizes orçamentárias, o Poder Executivo considerará, para fins de consolidação da proposta orçamentária anual, os valores aprovados na lei orçamentária vigente;
- B) se a proposta orçamentária do Ministério Público for encaminhada em desacordo com os limites estipulados na lei de diretrizes orçamentárias o Poder Executivo procederá aos ajustes necessários para fins de consolidação da proposta orçamentária anual;
- C) em função de sua independência e autonomia administrativa, é vedado ao Poder Executivo proceder qualquer ajuste na proposta orçamentária do Ministério Público;
- D) durante a execução orçamentária do exercício, não poderá haver a realização de despesas ou a assunção de obrigações que extrapolem os limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, exceto se previamente autorizadas, mediante a abertura de créditos suplementares ou especiais;
- E) o Ministério Público elaborará sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.

09 - A lei pode estabelecer tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e para as empresas de pequeno porte. Nesta linha, é certo que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir um regime único de arrecadação de seus impostos e contribuições, desde que observem as seguintes diretrizes constitucionais, **EXCETO**:

- A) recolhimento unificado e centralizado, com distribuição imediata da parcela de recursos pertencentes aos respectivos entes federados, vedada qualquer retenção ou condicionamento;
- B) possibilidade de condições de enquadramento diferenciadas por Estado;

- C) compensação compulsória de débitos dos Estados, Distrito Federal e Municípios, com a parcela arrecadada pela União em função do regime único de arrecadação;
- D) arrecadação, a fiscalização e a cobrança compartilhadas pelos entes federados, adotado cadastro nacional único de contribuintes;
- E) regime opcional para o contribuinte.

10 - A Constituição Federal é considerada taxativa na distribuição das competências tributárias, eis que estabeleceu para cada ente da Federação o estreito espaço de atuação na instituição de seus tributos. Inversamente, também estabeleceu o que se poderia chamar de competência tributária "negativa", através das imunidades constitucionais. Sobre esta matéria, está **CORRETO** dizer que:

- A) a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios não poderão exigir taxas uns dos outros;
- B) não incidirá nenhum tipo de tributo sobre templos de qualquer culto, desde que utilizados finalisticamente;
- C) os filmes e papéis fotográficos necessários à publicação de jornais e periódicos estão livres da incidência de impostos;
- D) a imunidade abrange, inclusive, o patrimônio, renda ou serviços das fundações ligadas aos partidos políticos, estendendo-se por todas as atividades dispostas no estatuto social;
- E) as atividades da União relacionadas com exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados, ou em que haja contraprestação ou pagamento de preços ou tarifas pelo usuário, também estão protegidas pela imunidade tributária.

11 - A exigibilidade do crédito tributário pode ser suspensa por condições específicas apontadas no Código Tributário Nacional. Considera-se modalidade de suspensão da exigibilidade do crédito tributário:

- A) a consignação em pagamento, nos termos do disposto no § 2º do artigo 164 do CTN;
- B) o pagamento antecipado e a homologação do lançamento nos termos do disposto no seu artigo 150 e seus §§ 1º e 4º;
- C) o depósito de 50% do seu montante integral;
- D) a concessão de medida liminar em ação judicial;
- E) a decisão proferida em mandado de segurança, após o trânsito em julgado.

12 - No âmbito dos direitos e garantias fundamentais da Constituição Federal, ao tratar dos direitos e deveres individuais e coletivos (art. 5º), é **INCORRETO** dizer que:

- A) qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural;
- B) os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos aprovados em observância das regras constitucionais serão equivalentes às emendas constitucionais;
- C) ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal;
- D) é inviolável o sigilo das comunicações telefônicas, salvo por ordem judicial expedida depois de comprovado que escutas realizadas em comunicações telefônicas revelem assunto relacionado com investigação criminal ou instrução processual penal;
- E) o cidadão tem direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança do Estado.

13 - Sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência municipal, **NÃO** se pode afirmar que:

- A) o serviço considera-se prestado e o imposto devido no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, com exceção dos casos estabelecidos em lei;
- B) o sujeito passivo é o prestador do serviço;
- C) no caso da prestação de serviços de engenharia civil, o imposto é devido no local da execução da obra;
- D) no caso dos serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação e manutenção, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto na sede da empresa prestadora dos serviços;
- E) os Municípios e o Distrito Federal, mediante lei, poderão atribuir de modo expresso a responsabilidade pelo crédito tributário a terceira pessoa, vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação, excluindo a responsabilidade do contribuinte ou atribuindo-a a este em caráter supletivo do cumprimento total ou parcial da referida obrigação.

14 - Na Seguridade Social, que compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social, será observado o seguinte, **EXCETO**:

- A) a Seguridade Social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei;
- B) os orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinarão recursos para o custeio da Seguridade Social;
- C) a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, não poderá constituir critério material de incidência tributária de contribuição social para o custeio da Seguridade Social;

- D) poderá ser exigida do empregador contribuição social para o custeio da Seguridade Social, incidente sobre a receita ou o faturamento e o lucro;
- E) a pessoa jurídica em débito com o sistema da Seguridade Social, como estabelecido em lei, não poderá contratar com o Poder Público nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.

15 - Sobre a argüição de descumprimento de preceito fundamental, **NÃO É CORRETO** dizer que:

- A) será cabível quando for relevante o fundamento da controvérsia constitucional sobre lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal;
- B) será proposta perante o Supremo Tribunal Federal;
- C) terá por objeto evitar ou reparar lesão a preceito fundamental, resultante de ato do Poder Público;
- D) são legitimados para propor a argüição de descumprimento de preceito fundamental os mesmos legitimados para a ação direta de inconstitucionalidade e o cidadão em pleno gozo de seus direitos eleitorais;
- E) julgada a ação, far-se-á comunicação às autoridades ou órgãos responsáveis pela prática dos atos questionados, fixando-se as condições e o modo de interpretação e aplicação do preceito fundamental.

16 - Tratando-se de suspensão condicional da pena:

- A) não é admitido o *sursis* etário;
- B) na hipótese de admissão legal do *sursis* etário, a suspensão da execução da pena privativa de liberdade poderá ser concedida ao condenado sempre que maior de 70 anos e pelo período de 2 (dois) a 4 (quatro) anos;
- C) tratando-se de *sursis* etário, a suspensão da execução da pena privativa de liberdade poderá ser de 4 (quatro) a 6 (seis) anos, desde que o condenado seja maior de 70 anos;

- D) o *sursis* etário é concedido à pessoa do sexo feminino se divorciada com mais de 3 (três) filhos impúberes e não convivendo em união estável;
- E) o condenado beneficiado pelo *sursis* etário não fica sujeito à observação e ao cumprimento das condições judicialmente estabelecidas.

17 - A Lei nº 11.343, de 23.8.2006, impõe ao usuário de drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, nos incisos II e III do *caput* do art. 28, as penas de prestação de serviços à comunidade e medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo, respectivamente. Ocorrendo a reincidência:

- A) nas hipóteses dos incisos acima, deve o usuário sofrer pena privativa de liberdade sujeito a pena mínima de detenção, de 1 (um) a 3 (três) anos;
- B) acumulam-se as penas acima mencionadas no enunciado com a pena privativa de liberdade, sem direito à progressão de regime penitenciário;
- C) as penas acima referidas no enunciado serão aplicadas pelo prazo máximo de 10 (dez) meses;
- D) transformam-se as penas aludidas no enunciado acima em pena de multa de no máximo 340 (trezentos e quarenta) dias-multa, cumulada com a pena privativa de liberdade de detenção, de 1 (um) a 3 (três) anos;
- E) deve o usuário ser encaminhado ao Conselho Tutelar previsto na nº Lei 8.069, de 13.7.1990.

18 - A prática de qualquer crime:

- A) doloso impõe ao agente que a sua conduta seja caracterizada ou tenha como finalidade a ocorrência de resultado decorrente da ausência de cuidado objetivo;
- B) punido a título de culpa exige que haja expressa previsão no tipo penal, não tendo qualquer importância para fins de imposição da pena *in concreto* a observância de comando normativo quanto a graduação de culpa grave, leve ou levíssima;
- C) culposo contenta-se plenamente, para fins de condenação, com a mera presunção de culpa, desde que o agente demonstre não ter agido com dolo alternativo;

- D) exige que a conduta do sujeito ativo, mesmo sob a modalidade omissiva, seja, ao mesmo tempo, dolosa e culposa, e que o resultado físico obtido tenha cunho meramente patrimonial;
- E) doloso exige que o tipo penal mencione expressamente a espécie de dolo se presumido, de dano, de perigo, de ímpeto, refletido ou premeditado.

19 - O art. 319-A do Código Penal estatui que:

“Deixar o Diretor de Penitenciária e/ou agente público, de cumprir seu dever de vedar ao preso o acesso a aparelho telefônico, de rádio ou similar, que permita a comunicação com outros presos ou com o ambiente externo”. Mencionado tipo penal é:

- A) crime omissivo impróprio ou impuro, que não exige a produção de qualquer resultado físico, material ou de qualquer outra natureza;
- B) punido a título de culpa inconsciente ou sem previsão, desde que o nexo causal seja previsto ou querido e o resultado de dano material venha efetivamente a ocorrer;
- C) crime comissivo por omissão ou impuro, no qual o resultado físico ou patrimonial se faz ausente, mas presente o nexo de causalidade;
- D) crime omissivo próprio ou puro, em que a omissão do sujeito ativo possa ao mesmo ser imputada como transgressão do dever jurídico de agir;
- E) crime omissivo próprio ou puro, em que a omissão não dispõe de tipologia própria e a norma em espécie não define a omissão, bem como não fique caracterizada na conduta do agente a transgressão do dever jurídico de impedir o resultado.

20 - As penas restritivas de direitos:

- A) convertem em pena privativa de liberdade quando verificado o não cumprimento injustificado da restrição imposta;
- B) não é devida quando a pena *in concreto* privativa de liberdade for superior a 2 (dois) anos e a condenação penal se deu por crime culposos;

- C) quando convertidas em privativas de liberdade, não é deduzido o tempo cumprido da pena restritiva de direitos, observando-se o saldo mínimo de 60 (sessenta) dias de detenção ou reclusão;
- D) substituem as privativas de liberdade quando a pena corporal não for superior a 5 (cinco) anos e o crime não tiver sido praticado com violência ou grave ameaça a pessoa;
- E) quando se tratar de prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas, corresponde na atribuição de tarefas em que o condenado tem direito ao pagamento de um salário mínimo, em respeito ao princípio constitucional da dignidade humana.

21 - A pessoa não casada que contrai casamento com pessoa casada conhecendo essa circunstância pratica crime contra o casamento. Nesta hipótese:

- A) a mencionada norma penal é simplesmente incriminadora, mas não encontra aplicação penal em face da admissibilidade constitucional da união estável;
- B) constitui em norma penal exculpante, dirimente ou eximente quando se tratar de sujeito ativo maior de 50 (cinquenta) anos com dois filhos sob sua dependência econômica e financeira;
- C) constitui em norma penal em branco em sentido estrito ou em sentido heterogêneo;
- D) trata-se de norma penal em branco em sentido lato ou homogêneo;
- E) representa norma penal que pode deixar de ser aplicada quando a mulher se encontrar grávida há mais de 4 (quatro) meses;

22 - A delação premiada cuja natureza decorre do princípio do consenso:

- A) está prevista num dos crimes que tem como bem jurídico o patrimônio e que, ademais, a correspondente pena é reduzida de um a dois terços;
- B) na legislação penal esparsa é prevista somente na Lei 9.613 de 03.03.98 e na Lei 9.807 de 13.07.1999;
- C) tem o mesmo sentido, extensão e significado jurídico do perdão judicial contido no Código Penal;

- D) é figura penal que sempre leva em consideração o fato de o delator, para obtenção de vantagens penais, ser agente pertencente a organizações criminosas;
- E) determina a redução da pena de um terço até metade se, tratando de crime hediondo, o participante e o associado denunciar à autoridade o bando ou quadrilha, possibilitando seu desmantelamento.

23 - Os crimes definidos no Estatuto da Criança e do Adolescente:

- A) pelo princípio da subsidiariedade não têm incidência quando o Código Penal dispuser de idêntica descrição delitiva e a pena mínima cominada no Código Penal for superior a 6 (seis) anos de reclusão;
- B) em alguns de seus tipos penais é admitida a modalidade culposa, sem menção expressa sobre as espécies de culpa inconsciente ou consciente;
- C) não contempla em qualquer um dos crimes contidos no diploma legal em destaque a conduta penal omissiva;
- D) todas as sanções penais "in abstracto" contemplam, de forma expressa, penas restritivas de direitos;
- E) os crimes em espécie narram separadamente os ilícitos praticados contra crianças e, da mesma forma separadamente, os crimes praticados contra adolescentes, cominando para aqueles ilícitos a pena de reclusão e para estes a pena de detenção;

24 - Em matéria de prescrição e decadência:

- A) não é admitida a prescrição das penas restritivas de direitos, já que não privativas de liberdade;
- B) não se opera a decadência se oferecida a representação no prazo legal;
- C) a decadência não extingue o direito de postular ou propor a ação penal, mas extingue o direito de punir do Estado;
- D) as causas legais interruptivas da prescrição não determinam o recomeço da contagem do prazo na mesma data de sua interrupção, mas da data em que se consumou o crime;

E) quando a hipótese caracterizar o concurso de crimes, a extinção da punibilidade pela prescrição terá incidência sobre a pena de cada um, isoladamente.

25 - Para que haja a adequação típica do art. 1º da Lei nº 9.613, de 3.3.1998:

A) é imprescindível que todo resultado de obtenção de vantagem ilícita em consequência de qualquer um dos incisos do referido dispositivo penal se transforme em valores ou em moeda estrangeira;

B) não exige que a prática ilícita penal descrita num dos incisos do art. 1º da mencionada Lei em destaque tenha adequação aos elementos contidos no *caput* do aludido artigo;

C) considera como suficiente para a tipificação penal o tráfico ilícito de substâncias entorpecentes ou drogas afins, bem como o contrabando ou tráfico de armas, desde que o sujeito ativo tenha exercido, por breve período de tempo, alguma função pública;

D) as situações tidas como delituosas e descritas nos incisos do art. 1º da Lei em destaque necessitam que tenham adequação a um dos núcleos do tipo contidos no mencionado artigo 1º do diploma legal em espécie;

E) é suficiente que a obtenção de vantagens ilícitas seja em proveito exclusivamente de pessoa jurídica de direito privado e não de pessoa física.

26 - Assinale a alternativa **CORRETA**:

A) o pseudônimo adotado para atividades lícitas não goza da proteção que se dá ao nome;

B) a disposição gratuita do próprio corpo para depois da morte, com o objetivo científico, somente pode ser revogada até um ano após o ato de disposição;

C) são registrados em registro público os atos judiciais ou extrajudiciais de adoção;

D) far-se-á a averbação em registro público dos atos judiciais ou extrajudiciais que declararem ou reconhecerem a filiação;

E) constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizem para fins econômicos.

27 - Todas as alternativas abaixo são incorretas, **EXCETO**:

- A) há, entre os associados, direitos e obrigações recíprocos;
- B) se insuficientes para constituir a fundação, os bens a ela destinados serão, se de outro modo não dispuser o instituidor, incorporados em outra fundação que se proponha a fim igual ou semelhante;
- C) a alteração do estatuto da fundação será suprida pelo juiz de ofício, caso o Ministério Público denegue a aprovação;
- D) os negócios jurídicos benéficos e a renúncia interpretam-se extensivamente;
- E) nas declarações de vontade se atenderá mais ao sentido literal da linguagem do que à intenção nelas consubstanciadas.

28 - Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A) o falso motivo só vicia a declaração de vontade quando expresso como razão determinante;
- B) o erro de cálculo apenas autoriza a retificação da declaração de vontade;
- C) o negócio jurídico nulo é suscetível de confirmação e convalesce pelo decurso do tempo;
- D) quando a anulabilidade do ato resultar da falta de autorização de terceiro, será validado se este a der posteriormente;
- E) a exceção prescreve no mesmo prazo em que a pretensão.

29 - Analise as assertivas abaixo:

- I – suspensa a prescrição em favor de um dos credores solidários, só aproveitam os outros se a obrigação for divisível;
- II – é nula a renúncia à decadência fixada em lei;
- III – prescreve em três anos a pretensão relativa à tutela, a contar da data da aprovação das contas;

IV — se feita a confissão por um representante, somente é eficaz nos limites em que este pode vincular o representado;

V – qualquer que seja o valor do negócio jurídico, a prova testemunhal não é admissível como subsidiária ou complementar da prova por escrito.

- A) todos os itens estão corretos;
- B) somente o item V está incorreto;
- C) somente os itens I e III estão incorretos;
- D) somente os itens II e IV estão corretos;
- E) todos os itens estão incorretos.

30 - Observe as assertivas abaixo:

I – o contrato para a elaboração de um projeto não implica a obrigação de executá-lo, ou de fiscalizar-lhe a execução;

II – a um dos credores solidários não pode o devedor opor as exceções pessoais oponíveis aos outros;

III – ocorrendo várias cessões do mesmo crédito, prevalece a que se completar com a tradição do título do crédito cedido;

IV – é lícito convencionar o aumento progressivo de prestações sucessivas;

V – o direito de exigir reparação e a obrigação de prestá-la transmitem-se com a herança.

- A) todos os itens estão corretos;
- B) somente os itens I, IV e V estão corretos;
- C) somente os itens I e II estão incorretos;
- D) somente os itens III e V estão corretos;
- E) todos os itens estão incorretos.

31 - Analise as assertivas abaixo:

- I - salvo estipulação em contrário, o sócio ostensivo pode admitir novo sócio sem o consentimento expresso dos demais;
- II - é nula a estipulação contratual que exclua qualquer sócio de participar dos lucros e das perdas;
- III - a sociedade limitada é administrada por uma ou mais pessoas designadas no contrato social ou em ato separado;
- IV - pode o estabelecimento ser objeto unitário de direitos e de negócios jurídicos, translativos ou constitutivos, que sejam compatíveis com a sua natureza;
- V - o nome empresarial pode ser objeto de alienação.

- A) somente o item III está correto;
- B) somente os itens I e V estão incorretos;
- C) somente os itens II e IV estão corretos;
- D) todos os itens estão corretos;
- E) todos os itens estão incorretos.

32 - Analise as assertivas abaixo:

- I - o sucessor singular continua de direito a posse do seu antecessor; e ao sucessor universal é facultado unir sua posse à do antecessor, para os efeitos legais;
- II - na zona rural, não será permitido levantar edificações a menos de três metros do terreno vizinho;
- III - o dono do prédio serviente não poderá embaraçar de modo algum o exercício legítimo da servidão;
- IV - o usufrutuário não é obrigado a pagar as deteriorações resultantes do exercício regular do usufruto;
- V - é nula a cláusula que proíbe ao proprietário alienar imóvel hipotecado.

- A) somente os itens II e III estão corretos;
- B) todos os itens estão corretos;
- C) somente os itens I e V estão incorretos;
- D) somente os itens III e IV estão corretos;
- E) somente o item I está incorreto.

33 - Assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) o regime de comunhão universal importa a comunicação dos proventos do trabalho pessoal de cada cônjuge;
- B) no regime de participação final nos aqüestos, as dívidas de um dos cônjuges, quando superiores à sua meação, não obrigam ao outro, ou a seus herdeiros;
- C) são eficazes a condição e o termo apostos ao ato de reconhecimento do filho;
- D) o reconhecimento do filho pode ser revogado quando feito em testamento;
- E) a autoridade do curador não se estende à pessoa e aos bens dos filhos menores do curatelado.

34 - Analise as assertivas abaixo:

- I – são revogáveis os atos de aceitação ou de renúncia da herança;
- II – o herdeiro necessário, a quem o testador deixar sua parte disponível, ou algum legado, perderá o direito à legítima;
- III – o quinhão do representado partir-se-á por igual entre os representantes;
- IV – tendo o testamenteiro a posse e a administração dos bens, incumbe-lhe requerer inventário e cumprir o testamento;
- V – extingue-se em um ano o direito de anular a partilha.

- A) somente o itens II, III e IV estão corretos;

- B) somente o item V está correto;
- C) todos os itens estão incorretos;
- D) somente os itens I e II estão incorretos;
- E) todos os itens estão corretos.

35 - De acordo com a Lei de Falências e de Recuperação de Empresas (Lei nº 11.101/2005), assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A) são exigíveis do devedor, na recuperação judicial ou na falência, as obrigações a título gratuito;
- B) estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos;
- C) o pedido de restituição suspende a disponibilidade da coisa até o trânsito em julgado;
- D) em qualquer modalidade de realização do ativo adotada, fica a massa falida dispensada da apresentação de certidões negativas;
- E) o prazo prescricional relativo às obrigações do falido recomeça a correr a partir do dia em que transitar em julgado a sentença do encerramento da falência.

36 - A contraprestação da Administração Pública nos contratos de parceria público-privada poderá ser feita por:

- I - ordem bancária;
- II - cessão de créditos não tributários;
- III - outorga de direitos em face da Administração Pública;
- IV - outorga de direitos sobre bens públicos dominicais;
- V - outros meios admitidos em lei.

- A) somente os itens I, III e V são verdadeiros;
- B) todos os itens são verdadeiros;
- C) somente os itens II e IV são falsos;

D) somente os itens I e III são verdadeiros;

E) todos os itens são falsos.

37 - À luz da Lei nº 11.079/2004, assinale a alternativa **INCORRETA**:

A) parceria público-privada é o contrato administrativo de concessão, na modalidade patrocinada ou administrativa;

B) é vedada a celebração de contrato de parceria público-privada que tenha como objeto único o fornecimento de mão-de-obra, o fornecimento e instalação de equipamentos ou a execução de obra pública;

C) a contraprestação da Administração Pública será obrigatoriamente precedida da disponibilização do serviço objeto do contrato de parceria público-privada;

D) nos contratos de parceria público-privada é vedada a estipulação de cláusula que preveja o compartilhamento com a Administração Pública de ganhos econômicos efetivos do parceiro privado decorrentes da redução do risco de crédito dos financiamentos utilizados pelo parceiro privado;

E) a contratação de parceria público-privada será precedida de licitação na modalidade de concorrência.

38 - Em se tratando da Lei nº 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito federal, analise as assertivas abaixo:

I - o desatendimento da intimação não importa o reconhecimento da verdade dos fatos, nem a renúncia a direito pelo administrado;

II - o recurso administrativo tramitará no máximo por duas instâncias administrativas, salvo disposição legal diversa;

III - o não conhecimento do recurso não impede a Administração de rever de ofício o ato ilegal, desde que não ocorrida preclusão administrativa;

IV - salvo disposição legal em contrário, o recurso tem efeito suspensivo;

V - a desistência ou renúncia do interessado, conforme o caso, não prejudica o prosseguimento do processo, se a Administração considerar que o interesse público assim o exige.

- A) todos os itens estão corretos;
- B) somente os itens I e III estão corretos;
- C) somente os itens II e IV estão incorretos;
- D) somente os itens III e V estão incorretos;
- E) somente os itens I, II e IV estão corretos.

39 - Assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício;
- B) constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública permitir, facilitar ou concorrer para que terceiro se enriqueça ilicitamente;
- C) constitui ato de improbidade administrativa, importando em enriquecimento ilícito, perceber vantagem econômica para intermediar a liberação ou aplicação de verba pública de qualquer natureza;
- D) constitui ato de improbidade administrativa que importa em enriquecimento ilícito frustrar a licitude de processo licitatório ou dispensá-lo indevidamente;
- E) constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indiretamente, para omitir ato de ofício, providência ou declaração a que esteja obrigado.

40 - Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A) ocorrendo lesão ao patrimônio público por ação ou omissão, dolosa ou culposa, do agente ou de terceiro, dar-se-á o integral ressarcimento do dano;

- B) no caso de enriquecimento ilícito, perderá o agente público ou terceiro beneficiário todos os bens integrantes de seu patrimônio;
- C) o sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilicitamente está sujeito às cominações da Lei de Improbidade Administrativa até o limite do valor da herança;
- D) constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário ordenar ou permitir a realização de despesas não autorizadas em lei ou regulamento;
- E) será punido com a pena de demissão, a bem do serviço público, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, o agente público que se recusar a prestar declaração dos bens dentro do prazo determinado, ou que a prestar falsa.

41 - Para a Lei nº 8.666/1993 (Licitações e Contratos Administrativos), as obras e serviços somente poderão ser licitados quando:

- I - houver projeto básico aprovado pela autoridade competente e disponível para exame dos interessados em participar do processo licitatório;
- II - existir orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários;
- III - houver previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executados no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma;
- IV - o produto dela esperado estiver contemplado nas metas estabelecidas no Plano Plurianual de que trata o artigo 165 da Constituição Federal, quando for o caso;
- V - estiver incluído no objeto da licitação o fornecimento de materiais e serviços sem previsão de quantidades.

- A) todos os itens estão corretos;
- B) somente os itens II e III estão corretos;
- C) somente os itens I e V estão incorretos;

- D) somente o item V está incorreto;
- E) todos os itens estão incorretos.

42 - Assinale a alternativa **INCORRETA** relativa aos trabalhos considerados pela Lei nº 8.666/1993 como serviços técnicos profissionais especializados:

- A) assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias;
- B) pareceres, perícias e avaliações em geral;
- C) estudos técnicos, planejamentos e projetos básicos ou executivos;
- D) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;
- E) serviços de publicidade e divulgação.

43 - A permissão de serviço público, de acordo com a Lei nº 8.987/1995, será formalizada mediante:

- A) termo de compromisso;
- B) contrato administrativo;
- C) contrato de adesão;
- D) termo e permissão;
- E) contrato de permissão.

44 - A respeito de concessão de serviço público, assinale a opção **CORRETA**:

- A) não se admite a subconcessão de concessão de serviço público;
- B) na licitação destinada a concessão de serviço público, em igualdade de condições, será dada preferência à proposta apresentada por empresa brasileira;
- C) as tarifas devem ser idênticas para todos os usuários;
- D) incumbe ao poder concedente captar, aplicar e gerir os recursos financeiros necessários à prestação do serviço;
- E) o contrato de concessão poderá ser rescindido por iniciativa da concessionária, no caso de descumprimento das normas contratuais pelo poder concedente, mediante ação

judicial especialmente intentada para esse fim, paralisando-se os serviços prestados pela concessionária, no momento da propositura da ação.

45 - Entre as alternativas abaixo, assinale a opção **CORRETA** relativa à inexigibilidade de licitação:

- A) nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem;
- B) para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, caracterizando inviabilidade de competição;
- C) quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento;
- D) na contratação de remanescente de obra, serviço ou fornecimento, em consequência de rescisão contratual, desde que atendida a ordem de classificação da licitação anterior e aceitas as mesmas condições oferecidas pelo licitante vencedor, inclusive quanto ao preço, devidamente corrigido;
- E) quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, nesse caso, todas as condições preestabelecidas.

46 - Acerca do Ministério Público, é **INCORRETO** afirmar que:

- A) é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;
- B) se acaso não for encaminhada a respectiva proposta orçamentária dentro do prazo estabelecido na lei de diretrizes orçamentárias, o Poder Executivo considerará, para fins de consolidação da proposta orçamentária anual, os valores obtidos com a média dos últimos três orçamentos precedentes ao do ano em exercício;
- C) são seus princípios institucionais a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.

- D) possui autonomia funcional e administrativa, podendo, observado o limite legal para despesa com pessoal ativo e inativo, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira; a lei disporá sobre sua organização e funcionamento;
- E) abrange: o Ministério Público Federal, o Ministério Público do Trabalho, o Ministério Público Militar, o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e os Ministérios Públicos Estaduais.

47 - Com relação aos membros do Ministério Público, é **INCORRETO** afirmar que:

- A) gozam de vitaliciedade, que se aperfeiçoará após dois anos de exercício, podendo perder cargo somente por sentença judicial transitada em julgado;
- B) a irredutibilidade de subsídios é uma das garantias constitucionais;
- C) é vedado o exercício da advocacia;
- D) a inamovibilidade por eles gozada somente poderá ser afetada por decisão que, assegurada ampla defesa, se fundamente no exclusivo interesse da Instituição e que deverá ser expedida pelo órgão competente do Ministério Público, pelo voto da maioria simples de seus membros;
- E) devem residir na respectiva comarca de lotação, salvo autorização do chefe da instituição.

48 - Assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) Constitui prerrogativa dos membros do Ministério Público, além de outras previstas na Lei Orgânica, ser ouvido, como autor, testemunha ou ofendido, em qualquer processo ou inquérito, em dia e hora previamente ajustados com o Juiz ou a autoridade competente.
- B) No exercício da função o membro do Ministério Público poderá examinar, em qualquer repartição policial, autos de flagrante ou inquérito, findos ou em andamento, salvo se conclusos à autoridade, podendo copiar peças e tomar apontamentos.

- C) No exercício da função o membro do Ministério Público goza da prerrogativa de ter acesso ao indiciado preso, a qualquer momento, mesmo quando decretada a sua incomunicabilidade.
- D) O Procurador-Geral de Justiça poderá, independentemente da concordância do Promotor de Justiça titular, designar outro Promotor para funcionar em feito determinado, de atribuição daquele.
- E) Os Procuradores de Justiça das Procuradorias de Justiça cíveis e criminais que oficiem junto ao mesmo Tribunal reunir-se-ão para fixar orientações jurídicas de caráter vinculativo, encaminhando-as ao Procurador-Geral de Justiça, que baixará ato visando à atuação uniforme dos Promotores de Justiça.

49 - Assinale a alternativa que contenha simultaneamente as definições **CORRETAS** de interesses ou direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos:

- A) Interesses ou direitos difusos: os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato; interesses ou direitos coletivos: os transindividuais, de natureza divisível, de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base; interesses ou direitos individuais homogêneos: os decorrentes de origem comum.
- B) Interesses ou direitos difusos: os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base; interesses ou direitos coletivos: os transindividuais, de natureza indivisível, de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas por circunstâncias de fato; interesses ou direitos individuais homogêneos: os decorrentes de origem comum.
- C) Interesses ou direitos difusos: os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato; interesses ou direitos coletivos: os transindividuais, de natureza divisível, de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação

jurídica base; interesses ou direitos individuais homogêneos: os decorrentes de origem comum.

D) Interesses ou direitos difusos: os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato; interesses ou direitos coletivos: os transindividuais, de natureza indivisível, de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base; interesses ou direitos individuais homogêneos: os decorrentes de origem comum.

E) Nenhuma das alternativas está correta.

50 - Assinale a alternativa **CORRETA**:

A) É direito básico do consumidor a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências.

B) São consumidores as pessoas físicas ou jurídicas que adquiram ou utilizam produto ou serviço, independentemente de serem ou não consumidores finais.

C) Produto é qualquer bem material, móvel ou imóvel, exclusivamente.

D) O fornecedor de serviço sempre será responsabilizado pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, salvo se provar que, tendo prestado o serviço, o defeito inexiste, ou que haja culpa concorrente do consumidor ou de terceiro.

E) A responsabilidade pessoal dos profissionais liberais independe da verificação da culpa.

51 - Assinale a alternativa **INCORRETA**:

A) Os produtos e serviços à disposição no mercado de consumo não acarretarão riscos à saúde ou segurança dos consumidores, salvo aqueles considerados normais e previsíveis em decorrência de sua natureza e fruição, ficando obrigados os fornecedores,

em qualquer hipótese, a fornecer as informações necessárias e adequadas a seu respeito.

- B) O produto será considerado defeituoso quando não oferece a segurança que dele legitimamente se espera, levando-se em consideração as circunstâncias relevantes, entre as quais a sua apresentação, o uso e os riscos que razoavelmente dele se esperam, bem como a época em que foi colocado em circulação.
- C) O fornecedor de serviços responde, dependendo da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.
- D) Para os fins e efeitos da responsabilidade pelo fato do produto ou do serviço são equiparadas aos consumidores todas as vítimas do evento.
- E) É nula de pleno direito a cláusula contratual afeta ao fornecimento de produtos e serviços que possibilite a violação de normas ambientais.

52 - Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A) A inserção de cláusula em contrato de adesão não desfigura a natureza do contrato, sendo que aquelas cláusulas que limitem direito do consumidor deverão estar redigidas com destaque que possibilite a imediata e fácil compreensão.
- B) A contrapropaganda deverá ser divulgada pelo responsável da mesma forma, frequência e dimensão e, de preferência, no mesmo veículo, local, espaço e horário, de forma capaz de desfazer o malefício da publicidade enganosa ou abusiva.
- C) A apreensão, a inutilização e a vedação da fabricação de produtos, a suspensão do fornecimento de produto ou serviço, a cassação do registro do produto e a revogação da concessão ou permissão de uso são penas que somente poderão ser aplicadas judicialmente, assegurada ampla defesa, quando forem constatados vícios de quantidade ou de qualidade por inadequação ou insegurança do produto ou serviço.
- D) As entidades civis de consumidores e as associações de fornecedores ou sindicatos de categoria econômica podem regular, por convenção escrita, relações de consumo que tenham por objeto estabelecer condições relativas ao preço, à qualidade, à quantidade, à

garantia e características de produtos e serviços, bem como à reclamação e composição do conflito de consumo.

- E) A reclamação comprovadamente formulada pelo consumidor perante o fornecedor de produtos e serviços obstará a decadência até a resposta negativa correspondente, sendo que esta deverá ser transmitida de forma inequívoca.

53 - Analisando os enunciados abaixo que se relacionam com a Lei n. 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa), assinale a alternativa **CORRETA**:

- 1) Os atos de improbidade praticados por qualquer agente público, servidor ou não, contra a administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, de Território, de empresa incorporada ao patrimônio público ou de entidade para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com qualquer bem ou valor, serão punidos na forma da Lei n. 8.429/92.
- 2) As disposições da Lei n. 8.429/92 são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficie sob qualquer forma direta ou indireta.
- 3) Configura ato de improbidade administrativa adquirir, para si ou para outrem, no exercício de mandato, cargo, emprego ou função pública, bens de qualquer natureza cujo valor seja desproporcional à evolução do patrimônio ou à renda do agente público.
- 4) Não configura ato de improbidade administrativa permitir ou facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem ou serviço por preço superior ao de mercado, bem como realizar operação financeira sem observância das normas legais e regulamentares ou aceitar garantia insuficiente ou inidônea.
- 5) Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade e lealdade às instituições, como, por exemplo, retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício.

- A) Todos os enunciados estão corretos.

- B) Todos os enunciados estão incorretos.
- C) Os enunciados 4 e 5 estão corretos.
- D) Os enunciados 1, 2 e 3 estão corretos.
- E) Os enunciados 2, 3 e 5 estão corretos.

54 - Com relação à prescrição relativa às ações e às sanções da Lei n. 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa), assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A) As ações destinadas a levar a efeito as sanções previstas na referida lei podem ser propostas até cinco anos após o término do exercício de mandato.
- B) As ações destinadas a levar a efeito as sanções previstas na referida lei podem ser propostas dentro do prazo prescricional previsto em lei específica para faltas disciplinares puníveis com demissão a bem do serviço público, nos casos de exercício de cargo efetivo ou emprego.
- C) As ações destinadas a levar a efeito as sanções previstas na referida lei podem ser propostas até cinco anos após o término do exercício de cargo em comissão ou de função de confiança.
- D) As ações destinadas a levar a efeito as sanções previstas na referida lei podem ser propostas dentro do prazo prescricional previsto em lei específica para faltas disciplinares puníveis com demissão a bem do serviço público, nos casos de exercício de cargo efetivo ou emprego.
- E) As ações destinadas a levar a efeito as sanções previstas na referida lei podem ser propostas até cinco anos após a prática do ato de improbidade, independentemente do término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança.

55 - Analise os enunciados abaixo e assinale a alternativa **CORRETA**:

- 1) Em matéria ambiental a responsabilidade civil reza que o poluidor é obrigado, independentemente da existência de culpa, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade.

- 2) A construção, instalação, ampliação e o funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, considerados efetiva e potencialmente poluidores, bem como os capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento de órgão estadual competente, integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, em caráter supletivo, sem prejuízo de outras licenças exigíveis.
- 3) A água é um bem de domínio público, deve ser compreendida como um recurso natural limitado, dotado de valor econômico.
- 4) As unidades de conservação são criadas por ato do Poder Público, sendo que a ampliação dos limites de uma unidade de conservação, sem modificação dos seus limites originais, exceto pelo acréscimo proposto, pode ser realizada por instrumento normativo de igual nível hierárquico que criou a unidade, sempre obedecidos os procedimentos legalmente exigidos.
- 5) A desafetação ou redução dos limites de uma unidade de conservação só pode ser feita mediante lei específica.

- A) Somente os enunciados 1 e 5 estão corretos.
- B) Os enunciados 2 e 3 estão incorretos.
- C) Somente o enunciado 5 está correto.
- D) O enunciado 4 está incorreto.
- E) Todos os enunciados estão corretos.

56 - Analisando os enunciados abaixo, assinale a alternativa **CORRETA**:

- 1) O Plano Diretor previsto na Lei n. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) é obrigatório para cidades com mais de 30.000 (trinta mil) habitantes.
- 2) A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na

forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

- 3) A elaboração do estudo de impacto de vizinhança (EIV), previsto na Lei n. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), substitui a elaboração e a aprovação do estudo prévio de impacto ambiental (EIA).
- 4) No licenciamento ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental, desde que assim considerado pelo órgão ambiental competente, com fundamento em estudo de impacto ambiental e respectivo relatório (EIA/RIMA), ao empreendedor é facultado apoiar a implantação e manutenção de unidade de conservação do Grupo de Proteção Integral, de acordo com o disposto na Lei n. 9.985/2000 (Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza) e em seu regulamento.
- 5) A expressão “zona de amortecimento” deve ser entendida como sendo o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade.

- A) Apenas o enunciado 1 está correto.
- B) Apenas o enunciado 4 está correto.
- C) Os enunciados 2 e 5 estão corretos.
- D) Os enunciados 3 e 4 estão corretos.
- E) Todos os enunciados estão corretos.

57 - Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A) A reserva legal prevista na Lei n. 4.771/65 (Código Florestal) deve ser entendida como sendo: área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, excetuada a de preservação permanente, necessária ao uso sustentável dos recursos naturais, à conservação e reabilitação dos processos ecológicos, à conservação da biodiversidade e ao abrigo e proteção de fauna e flora nativas.

- B) A supressão total ou parcial de florestas de preservação permanente será admitida independentemente de prévia autorização do Poder Público, quando for necessária à execução de obras, planos, atividades ou projetos de utilidade pública ou interesse social.
- C) A área de reserva legal deve ser averbada à margem da inscrição de matrícula do imóvel, no registro de imóveis competente, sendo vedada a alteração de sua destinação, nos casos de transmissão, a qualquer título, de desmembramento ou de retificação da área, com as exceções previstas na Lei n. 4.771/65 (Código Florestal).
- D) As empresas siderúrgicas, de transporte e outras, à base de carvão vegetal, lenha ou outra matéria prima florestal, são obrigadas a manter florestas próprias para exploração racional ou a formar, diretamente ou por intermédio de empreendimentos dos quais participem, florestas destinadas ao seu suprimento.
- E) É proibido o uso de fogo nas florestas e demais formas de vegetação. Porém, se peculiaridades locais ou regionais justificarem o emprego do fogo em práticas agropastoris ou florestais, a permissão será estabelecida em ato do Poder Público, circunscrevendo as áreas e estabelecendo normas de precaução.

58 - Analisando os enunciados abaixo, assinale a alternativa **CORRETA**:

- 1) Em caso de danos de âmbito nacional ou regional, a competência para o processo e julgamento de ação coletiva será, ressalvada a competência da Justiça Federal, do foro da Capital do Estado ou do Distrito Federal, aplicando-se as regras do Código de Processo Civil aos casos de competência concorrente.
- 2) Se uma associação legitimada desistir infundadamente ou abandonar a ação civil pública, o Ministério Público ou outro legitimado assumirá a titularidade ativa.
- 3) O requisito da pré-constituição da associação legitimada para a ação civil pública não poderá ser dispensado em hipótese alguma pelo juiz.
- 4) A sentença que julgar procedente a ação civil pública por ato de improbidade administrativa com pedido de reparação de dano ou decretação da perda dos bens havidos ilicitamente, determinará o pagamento ou a reversão dos bens, conforme o caso, em favor do Fundo previsto pela Lei n. 7.347/85 (Lei da Ação Civil Pública).

5) Os órgãos públicos legitimados poderão tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, mediante cominações, que terá eficácia de título executivo extrajudicial, mas o inquérito civil somente pode ser instaurado pelo Ministério Público.

- A) Somente o enunciado 1 está incorreto.
- B) Somente os enunciados 3 e 4 estão errados.
- C) O enunciado 5 está incorreto.
- D) O enunciado 2 está incorreto.
- E) Todos os enunciados estão corretos.

59 - Considerando a legislação processual civil, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A) O juiz dará curador especial ao incapaz, se não tiver representante legal, ou se os interesses deste colidirem com os daquele; e ao réu preso, bem como ao revel citado por edital ou com hora certa.
- B) É dever das partes e de todos que de qualquer forma participam do processo, cumprir com exatidão os provimentos mandamentais e não criar embaraços à efetivação de provimentos judiciais, de natureza antecipatória ou final.
- C) O juiz, diante da prática de ato atentatório ao exercício da jurisdição, pode aplicar ao responsável multa a ser fixada conforme a gravidade da conduta, sendo essa multa não inferior a dez por cento e nunca superior a vinte por cento do valor da causa, sem prejuízo de outras sanções criminais, civis e processuais.
- D) Responde por perdas e danos a parte que pleitear de má-fé como autor, réu ou interveniente.
- E) A parte que interpuser recurso com intuito manifestamente protelatório é reputada litigante de má-fé.

60 - Considerando a legislação processual civil, analise os enunciados abaixo e assinale a alternativa **CORRETA**:

- 1) O Ministério Público exercerá o direito de ação nos casos previstos em lei, cabendo-lhe, no processo, os mesmos poderes e ônus das partes.
- 2) Compete ao Ministério Público intervir nas ações que envolvam litígios coletivos pela posse da terra rural e nas demais causas em que há interesse público evidenciado pela natureza da lide ou qualidade da parte.
- 3) Atuando o Ministério Público na qualidade de fiscal da lei, terá vista dos autos depois das partes e será intimado de todos os atos do processo; contudo, não poderá juntar documentos de qualquer espécie ou produzir prova em audiência, nem fazer requerimentos de medidas ou diligências.
- 4) O órgão do Ministério Público será civilmente responsável quando, no exercício de suas funções, proceder com dolo e fraude.
- 5) Para o Ministério Público computar-se-á em quádruplo o prazo para recorrer, sendo que quando se tratar da Fazenda Pública o prazo para contestar deve ser computado em dobro.

- A) O enunciado 2 está incorreto.
- B) Somente os enunciados 1 e 3 estão corretos.
- C) Somente o enunciado 5 está incorreto.
- D) Os enunciados 3 e 5 estão incorretos.
- E) O enunciado 4 está incorreto.

61 - Caberá revisão criminal:

- A) após o trânsito em julgado da sentença, pelo acusado condenado ou absolvido, para ver alterado o mérito da decisão ou o seu fundamento;
- B) pelo condenado, após o trânsito em julgado da sentença, antes da extinção da pena;

- C) pelo condenado, após o trânsito em julgado da sentença, antes ou depois da extinção da pena;
- D) dentro do prazo de dois anos, a contar do trânsito em julgado da sentença penal condenatória;
- E) nenhuma das alternativas anteriores.

62 - A transferência de um preso em regime fechado, depois de certo tempo, para a Colônia Penal Agrícola é o instituto de:

- A) indulto de pena;
- B) comutação da pena;
- C) promoção de regime prisional;
- D) remição de regime prisional, por tempo cumprido;
- E) progressão de regime prisional.

63 - A decisão judicial que manda arquivar o inquérito policial, a pedido do Ministério Público:

- A) pode ser impugnada por correção parcial;
- B) pode ser impugnada por recurso em sentido estrito;
- C) pode ser impugnada por apelação;
- D) é irrecurável, salvo art. 7º da Lei 1.521/51.
- E) Só pode ser revista por meio de *habeas corpus*.

64 - *Sursis* processual é suspensão:

- A) condicional da pena;
- B) condicional do processo, por revelia;
- C) condicional do processo, a partir do recebimento da denúncia;

- D) condicional do processo por pendência do laudo toxicológico;
- E) condicional do processo, a partir do oferecimento da denúncia.

65 - Quanto ao interrogatório do réu, é **INCORRETO** afirmar:

- A) o interrogatório do réu tem caráter misto, pois tanto é meio de prova como defesa;
- B) outro juiz, que não o presidente do processo crime, pode interrogar o réu;
- C) o acusado só pode ser interrogado até o encerramento da instrução processual, antes de o Juiz prolatar a sentença;
- D) o acusado só pode ser interrogado até o trânsito em julgado da decisão;
- E) o silêncio do acusado não pode ser interpretado, pelo juiz, em prejuízo da própria defesa.

66 - A lei processual penal aplicar-se-á desde logo, sem prejuízo da validade dos atos realizados sob a vigência de lei anterior:

- A) o artigo acima diz que a lei processual não retroage, mesmo que seja para beneficiar o réu;
- B) o artigo acima diz que a lei processual retroage, mas só para beneficiar o réu;
- C) o artigo acima trata de interpretação extensiva e analógica;
- D) o artigo acima trata do princípio da intranscendência;
- E) nenhuma das alternativas acima.

67 - No julgamento do Tribunal do Júri, o Conselho de Sentença, em sala secreta, irá votar os quesitos que lhe forem apresentados. Segundo o CPP, aponte a alternativa que obrigatoriamente será observada quanto à quesitação:

- A) se estiverem sendo julgados um ou mais réus, o juiz formulará a mesma série de quesitos para todos;
- B) se forem um ou mais réus, o juiz formulará tantas séries de quesitos quanto forem eles;

- C) o primeiro quesito versará sempre sobre eventuais qualificadoras, de conformidade com o libelo;
- D) ainda que resultar dos debates o conhecimento da existência de alguma circunstância agravante, não articulada no libelo, o juiz estará impedido de formular quesito a ela relativo;
- E) nenhuma das alternativas anteriores.

68 - O Ministério Público requer o arquivamento do inquérito policial por falta de base para a denúncia. O juiz despacha deferindo o pedido. O delegado de polícia:

- A) poderá proceder novas diligências se tiver notícia de outras provas;
- B) não poderá realizar novas investigações, em relação ao fato, por afrontar a decisão jurisdicional já realizada;
- C) não poderá realizar novas investigações pois se o fizer ultrapassará a ordem judicial e estará passível de *habeas corpus*;
- D) não poderá realizar novas diligências, sob pena de ofender a coisa julgada;
- E) poderá proceder novas diligências somente se for autorizado pelo Ministério Público.

69 - Conforme o CPP, o Ministério Público pode:

- A) interpor embargos infringentes, se houver voto vencido desfavorável à acusação;
- B) requerer revisão criminal, no caso de novas provas desfavoráveis ao condenado;
- C) impetrar *habeas corpus*;
- D) protestar por novo júri;
- E) por ser o *dominus litis*, desistir de recurso que haja interposto.

70 - O recurso obrigatório, ou *ex officio*, no CPP é cabível:

- A) da decisão que absolver sumariamente o réu por crime doloso contra a vida e que determinar arquivar IP de crime contra a economia popular;

- B) do acórdão que conceder *habeas corpus*;
- C) da decisão que impronunciar o acusado;
- D) da sentença que negar *habeas corpus*;
- E) da decisão que mandar o acusado a júri popular.

71 - Tendo por base a legislação processual civil, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) A citação válida torna prevento o juízo, induz litispendência e faz litigiosa a coisa.
- B) A intimação do Ministério Público sempre deverá ser realizada pessoalmente.
- C) A nulidade dos atos deverá ser alegada na primeira oportunidade em que couber à parte falar nos autos, sob pena de preclusão, ressalvadas as nulidades que o juiz deva decretar de ofício, nem prevalecerá a preclusão se a parte provar a ocorrência de legítimo impedimento.
- D) Se o processo tramitou sem a intervenção do Ministério Público e sendo hipótese de sua atuação obrigatória, o juiz anulará o processo a partir do momento em que aquela intimação deveria ter ocorrido.
- E) Todas as alternativas estão corretas.

72 - Analise os enunciados a seguir de acordo com as regras da legislação processual civil e assinale a alternativa **CORRETA**:

- 1) A antecipação dos efeitos da tutela exige prova inequívoca e o convencimento do juiz acerca da verossimilhança da alegação, bem como haja fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação ou esteja caracterizado o abuso de direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório do réu.
- 2) Requerida pelo autor a antecipação dos efeitos da tutela, mas que em verdade se tratar de pleito de natureza cautelar, não poderá o juiz deferir medida cautelar em caráter incidental, ainda que presentes os respectivos pressupostos.
- 3) A tutela antecipada também poderá ser concedida quando um ou mais dos pedidos cumulados, ou parte deles, mostrar-se incontroverso.

- 4) A decisão que antecipa os efeitos da tutela não poderá ser revogada ou modificada a qualquer tempo, ainda que fundamentadamente.
- 5) Nas ações que tenham por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, não será cabível a antecipação dos efeitos da tutela.

- A) Os enunciados 3 e 4 estão corretos.
- B) Somente o enunciado 2 está incorreto.
- C) Somente os enunciados 1 e 2 estão incorretos.
- D) Os enunciados 2, 4 e 5 estão incorretos.
- E) Somente o enunciado 5 está correto.

73 - Analise os enunciados abaixo de acordo com a legislação processual civil e assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A) A testemunha é obrigada a depor sobre todos os fatos de que tenha conhecimento e que interessem ao processo, sem exceção ou reserva de qualquer natureza.
- B) O procedimento previsto para o mandado de segurança não prevê dilação probatória.
- C) Ao autor incumbe provar os fatos constitutivos de seu direito.
- D) Serão ouvidas em primeiro lugar as testemunhas do autor e posteriormente as do réu, providenciando-se para que qualquer delas não escute ou presencie a inquirição das demais.
- E) O depoimento prestado em juízo é considerado serviço público.

74 - Analise os enunciados abaixo de acordo com a legislação processual civil e assinale a alternativa **CORRETA**:

- 1) Há conexão de ações quando for comum o objeto ou a causa de pedir.
- 2) Há continência entre ações sempre que houver identidade de partes e de causa de pedir, e quando o objeto de uma, por ser mais amplo, abrange o das demais.

- 3) Havendo conexão ou continência, o juiz somente poderá ordenar a reunião de ações propostas separadamente para serem julgadas simultaneamente se houver provocação de uma das partes.
- 4) A incompetência relativa deve ser argüida por meio de exceção e a absoluta pode ser argüida pela parte independentemente de exceção, devendo o juiz, no caso da absoluta, declará-la de ofício, independentemente do momento processual ou do grau de jurisdição.
- 5) Sendo declarada a incompetência absoluta, todos os atos, decisórios ou não, serão nulos.

- A) Os enunciados 1 e 2 estão incorretos.
- B) Somente o enunciado 4 está correto.
- C) Os enunciados 3 e 5 estão incorretos.
- D) Somente o enunciado 3 está incorreto.
- E) Todos os enunciados estão corretos.

75 - A respeito do mandado de segurança individual ou coletivo, analise os enunciados e assinale a alternativa **CORRETA**:

- 1) Proferida sentença em mandado de segurança individual ou coletivo, o recurso cabível será a apelação.
- 2) A sentença concessiva em mandado de segurança individual ou coletivo ficará sempre sujeita ao duplo grau de jurisdição, não podendo ser executada provisoriamente.
- 3) O transcurso do prazo de cento e vinte dias, que provoca a extinção do direito de requerer o mandado de segurança individual ou coletivo, também se aplica quando for impetrado na modalidade preventiva.
- 4) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político, ainda que sem representação no Congresso Nacional.

5) A associação legalmente constituída poderá requerer mandado de segurança coletivo em defesa de seus associados se comprovar estar em funcionamento há mais de um ano.

- A) Todos os enunciados estão incorretos.
- B) Somente o enunciado 1 está correto.
- C) Somente o enunciado 5 está incorreto.
- D) Os enunciados 2, 3 e 4 estão incorretos.
- E) Somente o enunciado 5 está correto.

76 - Com relação à ação popular, analise os enunciados a seguir e assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) O cidadão é parte legítima para a ação popular, devendo promover a comprovação da cidadania instruindo a inicial com o respectivo título eleitoral ou documento equivalente.
- B) O prazo para a contestação na ação popular será de vinte dias, prorrogáveis por mais vinte dias, a requerimento do interessado, se particularmente difícil a produção de prova documental, e será comum a todos os interessados, iniciando-se a contagem da entrega do mandado cumprido em cartório ou do decurso do prazo do edital.
- C) A sentença terá eficácia de coisa julgada oponível *erga omnes*, exceto no caso de haver sido a ação julgada improcedente por deficiência de prova, sendo que nesse caso qualquer cidadão poderá propor outra ação com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova.
- D) A ação popular será proposta contra as pessoas públicas ou privadas e as entidades referidas na Lei n. 4.717/1965 (Lei da Ação Popular), contra as autoridades, funcionários ou administradores que houverem autorizado, aprovado, ratificado ou praticado o ato impugnado, ou que, por omissão, tiverem dado oportunidade à lesão, e contra os beneficiários diretos do ato referido.
- E) Todas as alternativas estão corretas.

77 - Com relação à Lei n. 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa), assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A) A ação principal terá rito ordinário, podendo ser proposta pelo Ministério Público ou pela pessoa jurídica interessada, dentro de trinta dias da efetivação da medida cautelar.
- B) É vedada a transação, acordo ou conciliação nas ações de improbidade administrativa.
- C) Estando a inicial em devida forma, o juiz determinará sua autuação e que seja notificado o réu para que ofereça manifestação escrita, podendo instruí-la com documentos e justificações, dentro do prazo de 20 dias.
- D) A decisão que receber a petição inicial tem o agravo de instrumento como recurso adequado.
- E) Nenhuma das alternativas acima está incorreta.

78 - Assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) Na hipótese de separação consensual, não acordando os cônjuges sobre a partilha, a homologação da separação será homologada, postergando-se a partilha para momento posterior.
- B) O juiz poderá recusar a homologação e não decretar a separação judicial no caso do acordo entre os cônjuges não preservar de modo suficiente os interesses dos filhos ou mesmo de um dos cônjuges.
- C) O divórcio poderá ser requerido no caso de separação de fato há mais de dois anos consecutivos, o que deverá ser comprovado.
- D) Se os autos do desquite ou os da separação judicial estiverem em outra circunscrição judiciária, o pedido de conversão em divórcio deverá ser instruído com a certidão da sentença, ou de sua averbação no assento de casamento.
- E) Todas as alternativas estão corretas.

79 - Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A) Quando na sentença houver uma parte líquida e outra ilíquida, o credor poderá promover a execução da parcela líquida e, em autos apartados, a liquidação daquela porção ilíquida.
- B) Do requerimento de liquidação de sentença será a parte intimada pessoalmente.
- C) Da decisão que decidir de modo definitivo a liquidação de sentença caberá agravo de instrumento.
- D) O cumprimento da sentença deverá ser postulado perante o juízo que processou a causa no primeiro grau de jurisdição.
- E) Na execução de obrigação de fazer ou não fazer, fundada em título executivo extrajudicial, o juiz, ao despachar a inicial, estabelecerá multa por dia de atraso no cumprimento da obrigação e a data a partir da qual será devida.

80 - Analise os enunciados abaixo e assinale a alternativa **CORRETA**:

- 1) A interdição pode ser promovida pelo órgão do Ministério Público, independentemente da causa ou motivo da interdição, bem como da existência ou não de pai, mãe ou tutor, cônjuge ou parente próximo da pessoa a ser interditada.
- 2) O Ministério Público somente poderá requerer a remoção do curador ou do tutor quando houver provocação da parte interessada, vedado o requerimento de ofício.
- 3) Aberta a sucessão, o Ministério Público pode requerer a abertura de inventário a qualquer tempo.
- 4) A decisão judicial sobre alimentos faz coisa julgada material.
- 5) A interposição de agravo de instrumento em face de decisão que decreta a prisão civil do devedor de alimentos suspende a execução da ordem de prisão.

- A) Somente o enunciado 1 está correto.
- B) Os enunciados 3 e 5 estão corretos.

- C) Somente o enunciado 4 está incorreto.
- D) Os enunciados 2 e 4 estão corretos.
- E) Todos os enunciados estão incorretos.

GABARITO

1. C	2. D	3. D	4. C	5. D
6. C	7. E	8. C	9. C	10. C
11. D	12. D	13. D	14. C	15. D
16. C	17. C	18. B	19. D	20. A
21. D	22. A	23. B	24. E	25. D
26. D	27. B	28. C	29. D	30. A
31. B	32. E	33. B	34. D	35. A
36. B	37. D	38. C	39. C	40. B
41. D	42. E	43. C	44. B	45. B
46. B	47. D	48. C	49. D	50. A
51. C	52. C	53. E	54. E	55. E
56. C	57. B	58. B	59. C	60. D
61. C	62. E	63. D	64. C	65. C
66. A	67. B	68. A	69. C	70. A
71. E	72. D	73. A	74. C	75. D
76. E	77. C	78. E	79. B	80. E